

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2025**

DENOMINAÇÃO: PENSAPASSOS - ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO PENHALONGA

MORADA: Rua Casal Novo, 44

LOCALIDADE: Paços de Gaiolo

FREGUESIA : Penha Longa e Paços de Gaiolo

CONCELHO: Marco de Canaveses

CODIGO POSTAL: 4625-208



(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Paços de Gaiolo, 28 de março de 2026

Paços de Gaiolo, 28 de março de 2026

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Carb Manuel Costa Correia
Dulce Paula da Rocha Vieira
António Duarte de Sousa Guimarães

Paula Cristina R. F. Couto

PENSAPASSOS - ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO PENHALONGA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500969310

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	673 049,04	164 243,29
		673 049,04	164 243,29
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	11.5	7 821,78	6 879,71
Diferimentos	11.1	70,06	69,59
Outros ativos correntes	11.6	199 794,91	386 163,54
Caixa e depósitos bancários	11.2	181 820,40	48 499,97
		389 507,15	441 612,81
Total do ativo		1 062 556,19	605 856,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.3	37 248,21	37 248,21
Resultados transitados	11.3	660,46	1,32
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.3	840 577,20	559 171,20
		878 485,87	596 420,73
Resultado líquido do período		984,92	659,14
Total dos fundos patrimoniais		879 470,79	597 079,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	106 848,43	0,00
		106 848,43	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.4	20 154,09	8 776,23
Estado e outros entes públicos	11.5	294,31	0,00
Financiamentos obtidos	6	53 525,37	0,00
Outros passivos correntes	11.7	2 263,20	0,00
		183 085,40	8 776,23
Total do passivo		183 085,40	8 776,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 062 556,19	605 856,10

A Direção

Carla Manuel da Cort. Gomes
Dulce Paula da Rocha Vieira
António Duarte de Sousa

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

PENSAPASSOS - ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO PENHALONGA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

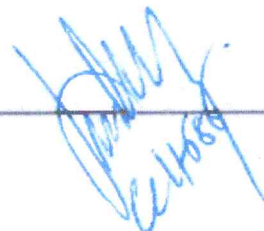
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 434,00	1 856,87
Pagamentos a fornecedores		-84 701,66	-9 758,06
Pagamentos ao pessoal		-2 890,72	0,00
Caixa gerada pelas operações		-86 158,38	-7 901,19
Pagamentos/Recebimentos impostos sobre o rendimento		-76,04	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-68 224,03	6 134,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-154 458,45	-1 766,75
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-342 362,49	-169 281,70
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		470 844,80	173 028,00
Juros e rendimentos similares		304,17	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		128 786,48	3 746,30
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		277 033,00	0,00
Doações		2 308,29	9 806,94
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-116 659,20	0,00
Juros e gastos similares		-3 689,69	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		158 992,40	9 806,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		133 320,43	11 786,49
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 499,97	36 713,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.2	181 820,40	48 499,97

A Direção

Carb Manuel da Costa Correia
 Dulce Paula da Rocha Vieira
 António Duarte de Sousa Guimarães

O Contabilista Certificado



PENSAPASSOS - ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO PENHALONGA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500969310

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	7	1 434,00	1 856,87
Subsídios, doações e legados à exploração	11.8	4 358,29	11 073,67
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-2 791,70	-1 614,61
Fornecimentos e serviços externos	11.9	-9 024,45	-9 590,39
Gastos com pessoal	9	-6 235,50	0,00
Outros rendimentos	11.10	18 485,03	75,38
Outros gastos	11.11	-3 798,10	-441,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 427,57	1 359,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1 746,82	-700,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		680,75	659,14
Juros e rendimentos similares obtidos	11.12	304,17	0,00
Resultados antes de impostos		984,92	659,14
Resultado líquido do período		984,92	659,14

A Direção

O Contabilista Certificado

Carb Manuel Cort. Comel
 Delec Tereza da Rocha Vieira
 António Duarte de Sousa *[assinatura]*

[assinatura]

PENSAPASSOS - ASSOCIAÇÃO CASA POVO PENHALONGA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte:

500969310

Moeda:

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	APOIO À COMUNIDADE	PERÍODOS	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	1 434,00	1 434,00	1 856,87
Custo das vendas e dos serviços prestados	5	-9 027,20	-9 027,20	-1 614,61
Resultado Bruto		-7 593,20	-7 593,20	242,26
Outros Rendimentos	11.10 / 11.12	23 147,49	23 147,49	11 149,05
Gastos administrativos	4 / 11.9	-10 771,27	-10 771,27	-10 290,39
Outros Gastos	11.11	-3 798,10	-3 798,10	-441,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		984,92	984,92	659,14
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		984,92	984,92	659,14
Resultado líquido do período		984,92	984,92	659,14

A Direção
 Sérgio Manuel de Rêgo, Cont.º Ciências
 Duarte Paula de Rêgo, Cont.º Ciências
 António Duarte de Sousa, Cont.º Ciências

O Contabilista Certificado



PENSAPASSOS
ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO PENHALONGA

Anexo às Demonstrações Financeiras

2025

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CASA DO POVO DE PENHALONGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" registada no Instituto da Segurança Social no livro dois das Associações de Solidariedade Social, nas folhas 181 e verso 182 do livro nº 16, com a inscrição 26/19 em 09/05/2017, com sede em Rua Casal Novo, 44, Igreja, Paços de Gaiolo. Tem os seguintes objetivos principais:

- O apoio às famílias em geral e em particular aos idosos;
- O apoio a criança e jovens;
- O Apoio à integração social e comunitária;
- A proteção dos cidadãos na velhice, invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho.

e secundários:

- Desenvolver atividades de caráter cultural, recreativo e desportivo;
- Desenvolver atividades relacionadas com a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Desenvolver atividades conducentes à resolução dose problemas habitacionais dos cidadãos;
- Desenvolver atividades relacionadas com a promoção e proteção dos cidadãos, nomeadamente através da prestação de cuidados ao domicílio e de medicina preventiva, curativa e reabilitação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento transporte	5

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início 2024 e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Terrenos	0,00	24 750,00			24 750,00
Edifícios	0,00	65 250,00			65 250,00
Equipamento básico	0,00	76 193,75			76 193,75
Equipamento transporte	3 500,00				3 500,00
Investimentos em curso	163 834,94	344 358,82			508 193,76
Ativo Tangível Bruto	167 334,94	510 552,57	0,00	0,00	677 887,51
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	0,00	217,50			217,50
Equipamento basico	0,00	1 120,97			1 120,97
Equipamento Transporte	3 091,65	408,35	0,00	0,00	3 500,00
Depreciações Acumuladas	3 091,65	1 746,82	0,00	0,00	4 838,47
Ativo Tangível Líquido	164 243,29	512 299,39	0,00	0,00	673 049,04

5 Inventários

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

MOVIMENTOS	2025	2024
	Matérias Primas	Matérias Primas
Saldo Inicial	0,00	0,00
Compras	2.791,70	1.614,61
Saldo Final	0,00	0,00
Gastos do Período	2.791,70	1.614,61

A entidade não tinha existências em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6 Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário - Montepio	0,00	106.848,43	106.848,43	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Bancário - Montepio	4.940,71		4.940,71	0,00	0,00	0,00
Conta Caucionada - Montepio	48.584,66	0,00	48.584,66	0,00	0,00	0,00
Total	53.525,37	106.848,43	160.373,80	0,00	0,00	0,00

Em 2024 foi contratualizada com o Montepio uma conta corrente caucionada, no montante de 75.000,00€, tendo sido utilizado à data de 31 de dezembro de 2025 o montante de 48.584,66€.

Em 2025 foi estabelecido um financiamento no Montepio de 480.000€, tendo sido liberado até 31 de dezembro o valor de 111.789,14€. Os juros e gastos de financiamento no montante de 3.689,69€ estão registados na rúbrica 45 - Investimentos em curso.

Os "Encargos Financeiros" relacionados com a construção são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos os dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam concluídas.

7 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestações de Serviços		
Quotizações e joias	1.434,00	634,00
Refeições	0,00	1.222,87
Total	1.434,00	1.856,87

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025			2024	
	Natureza	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP - PRR	Não Reembolsável	535.500,00	0,00		509.760,00
Município do Marco de Canaveses	Não Reembolsável	125.398,33	1.040,51	0,00	29.311,20
Total		660.898,33	1.040,51	0,00	539.071,20

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais são compostos por 8 elementos, ou seja, fazem parte da Direção 5 e do Conselho Fiscal 3, em regime de voluntariado. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2024 e 2025.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 1.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	5.088,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	1.147,50	0,00
Total	6.235,50	0,00

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	70,06	69,59
Total	70,06	69,59

11.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	141.820,40	8.499,97
Depósito a prazo	40.000,00	40.000,00
Total	181.820,40	48.499,97

11.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	37.248,21			37.248,21
Resultados transitados	1,32	659,14		660,46
Outras variações fundos patrimoniais	559.171,20	(1) 282.446,51	1.040,51	840.577,20
Total	596.418,09	283.105,65	1.040,51	878.485,87

(1) 159.578,87€ são donativos angariados para a obra

11.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	13.948,11	2.570,25
Caução - Togamil	6.205,98	6.205,98
Total	20.154,09	8.776,23

11.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IRC - Juros DP	76,04	0,00
IVA - Restituição	7.745,74	6.879,91
Total	7.821,78	6.879,71
Passivo		
IRS - Independente	4,60	0,00
Segurança Social	289,71	0,00
Total	294,31	0,00

11.6 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Estado e outros Entes Públicos		
ISS - PRR - Centro de Dia e SAD	199.794,91	356.832,00
Município Marco Canaveses - Centro de Dia e SAD	0,00	29.311,20
Adiantamento a fornecedores	0,00	20,34
Total	199.794,91	386.163,54

11.7 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos gastos		
Remunerações a liquidar	2.263,20	0,00
Total	2.263,20	0,00

11.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Município Marco de Canaveses	2.050,00	1.200,00
Doações e heranças - Donativos	2.308,29	9.873,67
Total	4.358,29	11.073,67

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	4.452,47	4.648,74
Materiais	534,19	806,84
Energia e fluidos	2.471,55	2.248,63
Deslocações e estadas	0,00	0,00
Serviços diversos	1.566,24	1.886,18
Total	9.024,45	9.590,39

11.10 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,95	0,38
Eventos angariação fundos	17.443,57	0,00
Injunções - tribunal	0,00	75,00
Imputação subsídios para investimentos	1.040,51	0,00
Total	18.485,03	75,38

11.11 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios de 2025 e 2024, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
IMI	3.723,10	344,39
Quotizações - UDIPSS-Porto	75,00	75,00
Outros gastos (imposto)	0,00	22,39
Total	3.798,10	441,78

11.12 Resultados Financeiros

No período de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	304,17	0,00
Total	304,17	0,00
Resultados Financeiros	304,17	0,00

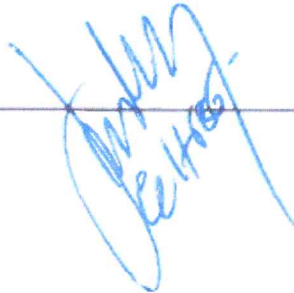
11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Paços de Gaiolo, 13 de março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direção

Carb Manuel Costa Coanet
António Duarte S. Guimarães
Duarte Paulo Rocha Vieira